

# Um comentário sobre o artigo: “Pluralidade e diversidade das ciências sociais. Uma contribuição para a epistemologia da ciência”\*

Recebido: 07.08.18  
Aprovado: 20.03.19

Elton Bernardo Bandeira de Melo\*\*

## Introdução

Pensar a natureza do conhecimento, a validade dos saberes e a demarcação do que hoje se considera ciência é um exercício tão instigante quanto fadado a controvérsias. Sobretudo quando esse pensamento avança até as pontes entre a epistemologia e a metodologia científica, onde um teor normativo dificilmente deixa de se apresentar. Este comentário tem como objetivo compartilhar impressões e inquietações suscitadas pela leitura do texto em epígrafe, e está dividido em duas partes. Na Seção 2, opino acerca do enquadramento com o qual os autores discutem as relações entre as ciências sociais e as ciências naturais e pontuo diferenças entre os dois subcampos científicos que podem justificar certo distanciamento epistêmico entre ambos. Em seguida, na Seção 3, volto meus comentários à proposta dos autores de uma estrutura básica da argumentação sociológica. Saúdo, nesse caso, que tenham optado por uma prescrição relativamente flexível, a qual deixa a cargo de cada “comunidade epistemológica” a avaliação da cientificidade dos argumentos que se lhes apresentam, prezando pela criatividade e a liberdade dos sociólogos. Nesse sentido, uma concepção ampliada desse tipo de comunidade parece ganhar importância para as ciências contemporâneas.

## Sobre as relações entre ciências sociais e ciências naturais

As relações entre ciências naturais e ciências sociais são, historicamente, objeto de controvérsia e interesse por parte da comunidade acadêmica. Parece não haver dúvidas quanto ao diálogo e às influências recíprocas entre um e outro campo de pesquisas, e não é incomum que uma mesma pessoa se dedique a

\* DAL ROSSO, S.; BANDEIRA, L.; COSTA, A. T. Pluralidade e diversidade das ciências sociais: uma contribuição para a epistemologia da ciência. *Sociedade e Estado*, v. 17, n. 2, p. 231-246, 2002.

\*\* Elton Bernardo Bandeira de Melo é doutorando do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil. Orcid: 0000-0001-6806-1481. <elton.bandeira@gmail.com>.

produzir conhecimento em ambos. Há paradigmas filosóficos e culturais que subjazem tanto às ciências naturais quanto às ciências sociais, e transformações em quaisquer dessas áreas, ou na própria filosofia, podem alterar esses paradigmas, produzindo *insights* ou mesmo provocando alterações profundas na forma como o homem representa a si e ao mundo, com repercussões que extrapolam essa ou aquela área do conhecimento – penso em Newton, Darwin e Marx, por exemplo. Ademais, para além dos interesses no conhecimento da natureza, das sociedades e de si, os agentes das diversas disciplinas científicas e também dos saberes não chancelados pela ciência travam entre si relações de poder, com disputas e competições. Tudo isso torna ainda mais complexo o posicionar-se quanto à relação entre ciências naturais e sociais.

As formas de demarcar as fronteiras entre as ciências da natureza e as ciências sociais, e suas relações com a filosofia, a epistemologia, a matemática e outras disciplinas produzem controvérsias extensas que não serão aqui mencionadas ou referenciadas. Atento, porém, para alguns aspectos que julgo mais discutíveis no texto supracitado, sobretudo quanto ao paralelo traçado entre as concepções de certeza e determinação em ambos os subcampos de investigação e, em seguida, quanto ao tipo de relação projetado entre eles.

Se tomamos uma comparação entre as formas mais convencionais da física e da sociologia, por exemplo, pode-se perceber que, mesmo quando são aplicadas terminologias semelhantes, uma diferença entre essas disciplinas se dá pelo grau de recurso à linguagem matemática, a qual pressupõe uma idealização dos objetos modelados. Assim, categorias como incerteza, caos, informação, universo, instabilidade e memória podem divergir significativamente em seus conteúdos entre as duas áreas. O caos, por exemplo, que pode remeter à desordem, à anomia e ao indeterminismo na sociologia, na física remete a um tipo específico de sistema dinâmico regido por certos tipos de equações diferenciais, que por sinal são “deterministas, como o são as leis de Newton” (Prigogine, 1996a: 33). A incerteza, que no tempo histórico pode produzir insegurança, reações e efeitos imprevisíveis, nas ciências exatas pode ser medida, modelada e tratada probabilisticamente (Morin, 1996: 248). Decerto é possível traçar correspondências entre noções aqui e lá, e a comunicação entre os diversos campos é não apenas possível como desejável. Mas, por outro lado, as diferenças – mesmo quando aparentemente sutis – podem produzir confusão e desentendimento, ou levar a conclusões equivocadas.

Há, também, diferenças entre os métodos geralmente aplicados às ciências sociais e às ciências naturais que, parece-me, nem sempre estão claras nas discussões que buscam relacioná-las. Por exemplo, há diferenças decorrentes da aplicação

de modelos matemáticos e estatísticos, bem como da forma como pesquisadores de ambas as áreas lidam com o *tempo*. Nas ciências naturais, os modelos, os experimentos e as observações buscam certo controle do tempo; o tempo é recortado de acordo com os interesses da pesquisa, não é o tempo do pesquisador. Isso ocorre mesmo quando se analisam sistemas caóticos, longe do equilíbrio, portanto, com memória – quando se apresenta a flecha do tempo, nos termos de Prigogine. Em geral, as chamadas leis da natureza – incluindo a do caos – são analisadas pelos físicos a partir de experimentos e simulações que podem, para os interesses da investigação, ser repetidas tantas vezes quanto necessário. Um laboratório de ciências naturais, em geral, é um ambiente onde o tempo vai e volta repetidas vezes – e pode até ser eventualmente congelado para análise –, até que os cientistas capturem os fenômenos que desejam. Além disso, não há tanta dificuldade em submeter ao tempo de análise, o tempo do evento, a contingência a ser investigada. E isso independe de os experimentos se basearem em modelos deterministas, como as leis de Newton e Einstein, em modelos estatísticos como as leis da termodinâmica, em modelos caóticos, ou de sistemas longe do equilíbrio. Acontece, porém, que tal relação com o tempo, em geral, não é permitida às ciências sociais.

Com efeito, se o século XX presenciou uma revolução associada à transição de um mundo de certezas para outro de possibilidades, há impactos dessa mudança na forma como o homem se relaciona com o tempo, alterou-se o paradigma da determinação – seja em termos individuais ou estatísticos (Prigogine, 1996b). Essa revolução, contudo, não implicou em mudanças significativas nas diferentes formas do fazer das ciências sociais e das ciências naturais. Para efeitos de investigação das ciências sociais, a flecha do tempo apresenta-se de uma forma tal que é inviável fazer o tempo retroceder em seus laboratórios e, comumente, as análises apenas sucedem (ou raramente antecedem) as contingências do tempo histórico analisado. As transformações sociais, culturais, econômicas, políticas etc. não permitem, em geral, que os cientistas sociais lancem mão do mesmo tipo de relação com o tempo que aplicam os cientistas naturais. Os eventos sociais, em regra, não podem ser repetidos em ambiente controlado. E essa diferença dificulta uma série de paralelos e aproximações, bem como acentua certas disputas e controvérsias.

Isso posto, penso que o diálogo entre as ciências sociais e naturais é saudável e profícuo. Contudo, a tentativa de associar as ciências – como se umas pudessem vir a englobar as outras – e, sobretudo, de hierarquizar-las, em termos de seus supostos graus de cientificidade ou de precedência epistêmica, não nos leva a um debate frutífero. Ressalto que não se trata de reforçar dicotomias, nem de

rejeitar a discussão sobre as relações entre os diversos subcampos científicos. Pelo contrário, quanto mais os especialistas puderem compreender e transitar entre as diversas linguagens (incluindo a matemática) e as formas de argumentar da física, da sociologia, da biologia, da etnografia etc., mais poderemos avançar em uma compreensão fecunda do homem e da natureza, e mais seremos capazes de mitigar riscos ao mundo e à humanidade. Essa articulação, contudo, não parece pressupor qualquer tipo de incorporação ou fusão dos subcampos. Nesse sentido, parecem mais frutíferas as abordagens que buscam reconhecer as particularidades e limitações de cada subcampo, e que busquem sua complementaridade, combinando-os a outras disciplinas para um melhor suporte à tomada de decisões de grande impacto social, e que, em geral, envolvem mais de uma área do conhecimento, grandes complexidades e incertezas, conflitos éticos e choques de valores, como são os casos abordados pela ciência pós-normal (Funtowicz & Ravetz, 2000).

## Sobre os métodos das ciências sociais

As tentativas de fixar um conjunto de métodos e prescrevê-lo como única via válida para a produção de conhecimento na academia, usualmente esbarram em restrições à liberdade e criatividade dos pesquisadores. Ademais, deve ser esperada, e quiçá desejável, a emergência de novos padrões para a produção de conhecimento, o que depõe contra prescrições metodológicas rígidas ou exaustivas a serem aplicadas a quem quer que deseje produzir conhecimento. Por outro lado, é compreensível a preocupação para que argumentos manifestamente frágeis, produzidos sem o mínimo rigor necessário a um debate racional, não sejam levados a público com a chancela da ciência. Nesse sentido, soa razoável preestabelecer critérios mínimos para que os trabalhos possam ser aceitos em determinada comunidade científica, não no sentido de impor uma espécie de gabarito metodológico para as diferentes áreas do conhecimento, objetos e linhas de pesquisa, mas para que haja certo balizamento e alinhamento das expectativas quanto à avaliação dos trabalhos.

Assim, parece razoável a proposta de estruturação mínima da argumentação sociológica em três partes: (i) afirmação, (ii) evidências empíricas que sustentam esta afirmação e, por fim, (iii) fundamentos teóricos que relacionam as evidências às afirmações dos autores. Na sociologia, ao menos, ao partir de uma tal estruturação – vista de forma ampla e submetida à avaliação de membros da *comunidade epistêmica*<sup>1</sup> que lida com o tema –, o pesquisador dificilmente teria sua liberdade de investigação e publicação severamente constrangida. Nesse caso, ao tempo que seria possível discernir entre o trabalho sociológico e o não

1. E aqui não distingo o termo “comunidade epistemológica”, tal como usado pelos autores, do termo “comunidade epistêmica”, mais comum na literatura referenciada.

sociológico, tampouco se silenciariam estudos que poderiam ser considerados cientificamente válidos, a despeito de apresentarem formato ou conteúdo à margem do convencional. Essa estrutura mínima dotaria a respectiva *comunidade epistêmica* da capacidade de avaliar a qualidade das conexões lógicas entre a base teórica, as evidências empíricas e as afirmações autorais, isto é, a qualidade da argumentação apresentada.

Mas o que seria uma *comunidade epistêmica*? Segundo Davis Cross (2013), a origem desse conceito remonta à noção de *comunidade científica*, de Thomas Kuhn (1962), ao que Ludwik Fleck (1981) chamou de *pensamento coletivo*; e à adaptação que Foucault (2007) faz do grego *epistémê*. Na sociologia, o termo surge com Burkart Holzner (1972), e sua noção avançou bastante no estudo das relações internacionais, primeiramente com Ernst Haas *et alii* (1977) e John Ruggie (1975) e, posteriormente, com Peter Haas (1992), que assim a define:

Uma comunidade epistêmica é uma rede de profissionais com conhecimentos e competências reconhecidos em um determinado domínio ou área de problemas. Embora uma comunidade epistêmica possa ser composta por profissionais de uma variedade de disciplinas e origens, eles compartilham: (i) um conjunto de crenças normativas e princípios que fornecem uma fundamentação baseada em valores para a ação social dos membros da comunidade; (ii) crenças causais, derivadas da análise prática de seus domínios e que conduzem ou contribuem para um conjunto central de problemas-base para elucidar as múltiplas ligações entre as possíveis ações políticas e os resultados desejados; (iii) noções de veracidade e validade – isto é, critérios intersubjetivos, definidos internamente para ponderar e validar o saber em suas áreas de especialização –; e (iv) uma iniciativa política, isto é, um conjunto de práticas comuns associadas a um conjunto de problemas aos quais sua competência profissional é dirigida, presumivelmente pela convicção de que o bem-estar humano será melhorado como consequência (Haas, 1992).

Para haver o debate científico é necessário não apenas um conjunto de pressupostos compartilhados no seio da comunidade epistêmica, mas também divergências – ainda que estas se situem no plano das expectativas ou das interpretações possíveis sobre os resultados de uma pesquisa. Convém observar que a definição de Haas (1992) se insere no debate sobre coordenação de políticas internacionais, mas o que importa notar aqui é que ele amplia o conceito de comunidade epistêmica para além do que seria um conjunto de cientistas que compartilham um método como forma de produzir verdades (Holzner, 1972), ou um estilo de pensar (Fleck, 1981), ou mesmo um paradigma (Kuhn, 1962). Sua

concepção enfoca a aceitação e aplicabilidade de certas formas de saber, ou de certas verdades, e pode inspirar aplicações em outras áreas do saber. No contexto da sociologia, é de se esperar que o conhecimento produzido seja avaliado por uma comunidade composta não exclusivamente por sociólogos e sociólogas de formação, mas eventualmente também por diferentes profissionais que lidam com o objeto investigado, e que compartilham crenças acerca da importância prática do conhecimento em análise, bem como noções quanto à fundamentação e validação desse saber. Talvez essa seja uma definição mais ampla do que seria uma comunidade epistêmica capaz de avaliar uma argumentação sociológica e julgar a pertinência das conexões traçadas entre base empírica, base teórica e afirmações autorais.

Contudo, em que pese a razoabilidade da proposta apresentada no artigo comentado, dado o seu caráter normativo, também se apresentam riscos. Por exemplo, o de constranger ou homogeneizar a imaginação sociológica, vedando a inovação ou excluindo das publicações trabalhos valorosos. Por outro lado, uma vez que a argumentação envolve necessariamente aspectos objetivos e subjetivos, e é elaborada por pessoas com paixões, crenças e interesses, há também a possibilidade de que estes se sobreponham às evidências. Entretanto, não seria ilusória a tentativa de manter afastados esses traços subjetivos das avaliações de cientificidade? Na linha defendida pelo artigo, entendo que se buscou uma prescrição metodológica equilibrada para o momento, tendo em vista uma dada – ou projetada – comunidade epistêmica apta a dar seguimento às pesquisas sociológicas. Assim, por exemplo, haveria espaço tanto para pesquisas orientadas pelo ideal de neutralidade axiológica, quanto para aquelas que se orientam pela impossibilidade de separar os resultados da pesquisa das condições do pesquisador, uma vez que ambos estão inseridos em uma cultura específica, intersectados por opressões de raça, gênero, classe, sexualidade, nação etc. (Collins, 2000; Haraway, 1995; Harding, 1993).

Ao fim e ao cabo, se uma argumentação, para ser considerada como sociológica, deve se referir a uma estrutura mínima e atender às expectativas de uma dada comunidade epistêmica, é importante refletir quanto à composição, aos princípios organizativos e às inclinações dessas comunidades. Quanto mais ampla a comunidade – no sentido de se submeter ao escrutínio dos diversos interessados, colocados a partir de diferentes “lugares de fala” (Ribeiro, 2017), e sensibilizando agentes vinculados a diferentes correntes teóricas e a diferentes visões de mundo –, mais imune ela seria aos vieses introduzidos pela desigualdade nas distribuições de capitais entre os diferentes segmentos sociais, e maior deveria a ser seu impacto. Assim como numa abordagem pós-normal as comunidades de pares devem

ser ampliadas na medida dos impactos sociais de suas decisões, incorporando os sujeitos e as perspectivas implicados (Funtowicz & Ravetz, 2000).

Decerto, as fraudes, as ocultações e os falseamentos de informações não podem ser tolerados em uma comunidade científica; por outro lado, dificilmente esse controle pode ser feito *ex ante*, pela introdução de gabaritos mais rígidos aos trabalhos e aos pesquisadores. Ademais, parece razoável defender que, a despeito de sua orientação metodológica, nada contribui mais para a refutação de um argumento frágil que sua exposição ao debate em uma comunidade ampla e plural. Em última instância, resta apostar no processo coletivo e contínuo de publicação, debate público, citação, crítica e refutação como principal responsável por afastar paralogismos, dogmatismos, falácias e outras impropriedades que porventura sejam aceitos num primeiro momento por uma dada comunidade epistêmica.

## Referências

- COLLINS, P. H. *Epistemologia feminista negra*. New York; London: Routledge, 2000.
- DAL ROSSO, S.; BANDEIRA, L.; COSTA, A. T. Pluralidade e diversidade das ciências sociais : uma contribuição para a epistemologia da ciência. *Sociedade e Estado*, v. 17, n. 2, p. 231-246, 2002.
- DAVIS CROSS, M. K. Re-thinking epistemic communities twenty years later. *Forthcoming Review of International Studies*, v. 39, n. 1, p. 137-160, 2013.
- FLECK, L. *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1981.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- FUNTOWICZ, S. O.; RAVETZ, J. R. *La ciencia posnormal: ciencia com la gente*. Barcelona (ES): Icaria Editorial, 2000.
- HAAS, E.; WILLIAMS, M.; BABAI, D. *Scientists and world order*. Berkeley (CA): University of California Press, 1977.
- HAAS, P. M. Introduction: epistemic communities and international policy coordination Peter M . Haas. *International Organization*, "Knowledge, power, and international policy coordination", v. 46, n. 1, p. 1-35, 1992.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.

HARDING, S. Rethinking standpoint epistemology: what is “strong objectivity”. In: ALCOFF, L.; POTTER, E. (Eds.). *Feminist epistemologies*, p. 49-82. New York: Routledge, 1993.

HOLZNER, B. *Reality construction in society*. Cambridge (MA): Schenkman, 1972.

KUHN, T. *The structure of scientific revolution*. Chicago (IL): University of Chicago Press, 1962.

MORIN, E. Complexidade e liberdade. In: MORIN, E.; PRIGOGINE, I. (Orgs.). *A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

PRIGOGINE, I. *O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1996a.

———. *O reencantamento do mundo*. In: MORIN, E.; PRIGOGINE, I. (Orgs.). *A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o cepticismo e o dogmatismo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996b.

RIBEIRO, D. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.

RUGGIE, J. G. International responses to technology: concepts and trends. *International Organization*, v. 3, n. 29, p. 569-570, 1975.

